

Segunda-feira, 21 de novembro de 2016

AGRICULTURA FAMILIAR E AFINS

- 18/11 – O NORTE DE MINAS/MG: [Recuperação de nascentes em Cristália](#)
18/11 – O NORTE DE MINAS/MG: [Cachaça Artesanal é destaque em Januária](#)
20/11 – JORNAL DE NOTÍCIAS/MG: [EFEITOS DA SECA: Reconhecida emergência em municípios da região](#)
20/11 – JORNAL DE NOTÍCIAS/MG: [Desembolsos do crédito rural recuam no Estado](#)
20/11 – GLOBO RURAL: [COP22: Maggi diz que agricultura sustentável e energia renovável são exemplos](#)
20/11 – INTERTV GRANDE MINAS/GLOBO MINAS: [Festival busca valorizar agricultura familiar no Alto do Rio Pardo, em MG](#)
20/11 – SÉCULO DIÁRIO/ES: [Agricultura familiar orgânica e agroecológica é solução para escassez de água](#)

INSTITUCIONAIS

- 18/11 – PORTAL SEAD: [Mais valor à agricultura familiar de comunidades quilombolas](#)
18/11 – PORTAL INCRA: [Dia da Consciência Negra: Incra entrega título para quilombolas em Alagoas](#)
18/11 – MAPA: [Brasil e Irã criam Comitê Consultivo Agrícola](#)
18/11 – MAPA: [Pelo menos 20 estados devem aderir ao plano de desburocratização do Mapa](#)
18/11 – ASBRAER: [Deputados da Paraíba destacam papel do extensionista rural no fortalecimento da agricultura familiar](#)

MATÉRIAS NA ÍNTEGRA

18/11 – O NORTE DE MINAS: Recuperação de nascentes em Cristália

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar Minas) em parceria com as entidades cooperadas vem trabalhando na recuperação de nascentes degradadas. No município de Cristália, nesse mês de novembro, duas nascentes, que estavam secas, foram recuperadas através do curso de Recuperação e Proteção de Nascentes.

Os cursos foram realizados através de parceria entre o Sindicato dos Produtores Rurais de Grão Mogol e o Senar Minas. A primeira nascente a passar por uma intervenção total foi na comunidade de Morro Redondo e a segunda na comunidade de Bateeiro.

DEZENAS DE CURSOS

Só este ano no norte de Minas, foram realizadas pelo Senar 31 cursos de recuperação de nascentes, com o treinamento de cerca de 320 pessoas. Com o treinamento desses trabalhadores, as diretorias das entidades cooperadas esperam que muitas nascentes sejam recuperadas.

[Leia no site](#)

17/11 – O NORTE DE MINAS: Cachaça Artesanal é destaque em Januária

Christine Antonini

Brejo do Amparo é o principal distrito da cidade de Januária, localizada a 160 km de Montes Claros. A comunidade é cercada por montanhas históricas, onde também existe uma das igrejas mais antigas do Brasil, a Igreja do Rosário, erguida no ano de 1688.

Além da bela paisagem, o Brejo do Amparo se destaca pelas dezenas de alambiques históricos espalhados pela comunidade – em que são fabricados produtos derivado da cana, como açúcar mascavo, rapadura e a tradicional cachaça.

Nascido em família de alambiqueiros, Miguel Crisantino Macedo Mota está no ramo há 50 anos e atualmente faz parte da Cooperativa dos Produtores de cana de açúcar e derivados – a cooperativa uniu cerca de vinte pessoas, entre produtores de cana e donos de alambiques.

- Meu bisavô começou com os alambiques, depois passou para meu avô, depois para meu pai, agora sou eu que estou no ramo. Amo o que faço e, além da paz no trabalho, é uma atividade que exerço desde criança. É o melhor serviço do mundo – conta Miguel.

PROCESSO ARTESANAL

O empresário Wesley Lopes também vem de família de produtores de cachaça. Hoje, ele só comercializa a pinga engarrafada, “Cachaça Januária Única”. O empresário compra o produto armazenado em dornas dos alambiques dos tios e depois envasa. Todo processo é artesanal e manual, não levando produtos químicos. Antes de ser comercializada, a cachaça deve receber selo de autenticação de qualidade, vindo de laboratórios de Belo Horizonte.

Wesley pontua que apesar de sempre ver os pais produzindo a cachaça, ele buscou se especializar no ramo, com cursos voltados para o processamento da pinga.

- Compensa mais para a gente só comercializar o produto, pois produzir gera mais gastos. E ainda fazemos uma parceria com nossa família mesmo: meus tios fabricam e a gente distribui – enfatiza o empresário.

MERCADO

Um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) aponta que a carga tributária sobre a cachaça é de 83% - o que dificulta a comercialização do produto, principalmente para microempresários, como é o caso da Cooperativa dos Produtores de cana de açúcar e derivados. O objetivo inicial da sociedade era distribuir a cachaça engarrafada para o comércio de Januária e de outras cidades, mas de acordo com Miguel, hoje a Cooperativa só vende o produto dentro dos barris, conhecido também como dornas.

O alambique de Miguel produz cerca de 1.500 litros de cachaça por dia e ele afirma que já chegou a produzir 100 mil litros. Porém, hoje, observa o alambiqueiro, o mercado não está “mais tão favorável”.

- Os impostos sobre a cachaça subiram muito, não temos como competir com grandes marcas, em questão de valor, porque o nosso produto é muito bom, é de qualidade. Falta, porém, incentivo dos poderes públicos e até mesmo a valorização da pinga artesanal – lamenta.

Segundo Wesley, a alta dos impostos é uma barreira para não expandir o produto para outras localidades – a empresa hoje engarrafa em média 360 garrafas de pinga por mês.

O principal foco do empresário é não perder a qualidade do produto que, de acordo com ele, é o diferencial da cachaça de Brejo do Amparo.

- A matéria cachaça vem ‘bruta’ pra gente: temos que deixar curtir em repouso no mínimo dois anos. Aqui controlamos a acidez, fazemos teste de cobre e medimos o nível de graduação do produto. Depois, mandamos uma amostra para Belo Horizonte e só quando o selo chega é que podemos engarrafar – explica Wesley.

[Leia no site](#)

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), do Ministério da Integração Nacional, reconheceu a situação de emergência em 21 municípios dos estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Com a medida, as Prefeituras podem solicitar apoio do Governo Federal para ações imediatas e de reconstrução. A portaria foi publicada no Diário Oficial da União (DOU).

A estiagem foi à causa da situação de emergência em oito cidades mineiras: Arinos, Cural de Dentro, Goiabeira, Itambacuri, Matias Cardoso, Monjolos, Olhos D'Água, São João das Missões; nos municípios baianos Caetité, Rafael Jambeiro e Senhor do Bonfim; e na cidade de Itarana, no Espírito Santo. Ainda na Bahia, a seca motivou o cenário para o reconhecimento em Juramento e Ladainha.

Na região Sul do país a situação de emergência foi reconhecida em Imbé (RS), Matinhos e Guaratuba (PR), atingidos por marés de tempestades - as chamadas ressacas -; e nas cidades de Pérola (PR) e Angelina (SC), afetadas por enxurradas. Jari (RS) teve estruturas danificadas por granizos e Pedras Grandes (SC) por vendavais.

Além de viabilizar o acesso aos programas de fornecimento de água tratada - como a Operação Carro-Pipa Federal - e recursos para socorro e assistência, o reconhecimento da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec/MI) também permite que os municípios tenham direito a outros benefícios. Dentre eles, a renegociação de dívidas no setor de agricultura junto ao Banco do Brasil, a aquisição de cestas básicas com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e o apoio do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) para a retomada da atividade econômica nas regiões afetadas.

[Leia no site](#)

20/11 – **JORNAL DE NOTÍCIAS/MG**: Desembolsos do crédito rural recuam no Estado

Os desembolsos do crédito rural para Minas Gerais recuaram nos primeiros quatro meses da atual safra. De acordo com dados da Seapa (Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), entre julho e outubro de 2016 foram liberados para o setor mineiro R\$ 7,01 bilhões do crédito agropecuário, demanda que ficou 7% inferior quando comparada aos R\$ 7,51 bilhões desembolsados em igual período de 2015.

No Brasil, o recuo foi de 10% no período, somando R\$ 59,17 bilhões. A participação do Estado no uso dos recursos representa 13% do valor desembolsado para o País. Ao todo, no Estado, foram aprovados 73,6 mil contratos, número 20% menor que o registrado entre julho e outubro de 2015.

A agricultura foi o setor que demandou maior volume de crédito, R\$ 4,8 bilhões. Porém, o montante ficou 10% inferior ao demandado entre julho e outubro de 2015, quando os agricultores utilizaram R\$ 5,35 bilhões.

Em relação ao número de contratos, a queda foi de 26%, com a aprovação de 27 mil frente aos 236,8 mil registrados anteriormente. O valor desembolsado para a pecuária totalizou R\$ 2,21 bilhões, aumento de 2% quando comparado aos R\$ 2,16 bilhões contratados em igual período do ano passado. O número de contratos da atual safra somou 46,5 mil, recuo de 16%.

De acordo com o superintendente de Política e Economia Agrícola da Seapa, João Ricardo Albanez, a expectativa é que a demanda pelo crédito rural fique maior ao longo dos próximos meses. “Os produtores estão cautelosos e observando os rumos do mercado. Com a regularização das chuvas, o que favorece a produção, esperamos que a demanda pelo crédito fique maior. Estamos com boas perspectivas em relação à safra de grãos e isso deve contribuir para reverter estes indicadores”, explicou Albanez.

Dentre as linhas do crédito agrícola, o maior volume de recursos foi destinado ao custeio da safra. Ao todo já foram desembolsados para Minas Gerais R\$ 3,59 bilhões, retração de 22% quando comparado com igual período do ano safra anterior. Cerca de 32,9 mil contratos foram aprovados, volume 22% menor. A linha é voltada para a cobertura de despesas ao longo do ciclo produtivo.

Dos recursos da linha de custeio foram aplicados na agricultura R\$ 2,47 bilhões, queda de 33% quando comparado com os R\$ 3,69 bilhões desembolsados nos quatro primeiros meses da safra passada. Para a pecuária foi destinado R\$ 1,13 bilhão, aumento de 19%. A maior parte dos recursos liberados na linha de custeio foi destinada às culturas do café, cujo desembolso alcançou R\$ 461,21 milhões, seguidas pela da soja (R\$ 91,57 milhões), cana-de-açúcar (R\$ 72,18 milhões) e milho (R\$ 62,4 milhões). O café, principal produto do agronegócio de Minas Gerais respondeu por 59% das liberações.

Investimentos

Na linha de investimentos foi registrada retração de 11% no valor liberado para o Estado, com o desembolso de R\$ 1,12 bilhão e aprovação de 39,4 mil contratos, uma demanda 19% inferior. Na pecuária foi verificada queda de 33% no valor aplicado, com a liberação de R\$ 550 milhões, frente aos R\$ 820 milhões registrados em igual período da safra anterior. Já na agricultura, a liberação de recursos cresceu 30%, alcançando R\$ 570 milhões. Já na linha de comercialização, foi verificada alta nos desembolsos.

A modalidade assegura ao produtor rural e às cooperativas recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o abastecimento e o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços. Nos primeiros quatro meses da safra, foram destinados ao Estado R\$ 2,11 bilhões, aumento de 30%. Apesar do incremento no valor, o número de contratos aprovados caiu 13%, somando 1,2 mil. Para a agricultura foi desembolsado R\$ 1,61 bilhão, aumento de 31%. Na pecuária a alta ficou em 26%, com a liberação de R\$ 500 milhões.

[Leia no site](#)

20/11 – **GLOBO RURAL**: COP22: Maggi diz que agricultura sustentável e energia renovável são exemplos

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, enfatizou no lançamento da Plataforma Biofuturo na COP22, a Conferência do Clima que se realiza em Marrakesh, que a produção de biocombustíveis, como o etanol, produzido no Brasil a partir da cana-de-açúcar, não compete com a produção de alimentos e pode ser uma alternativa para muitos países. A plataforma foi lançada por um grupo de 13 países da América do Sul, incluindo o Brasil, da Europa e da Ásia para promover o uso de biocombustíveis.

A iniciativa anunciada pelo ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, prevê soluções que reduzam o volume de emissões setor de transportes de gases responsáveis pelo aquecimento global. "O que o ministro Sarney e o governo brasileiro propõem é dar sequência ao que o Brasil já vem fazendo. Temos experiência conhecida por fornecer biocombustível para a grande maioria dos automóveis do país", assinalou Maggi em nota distribuída por sua assessoria.

Em debates, durante a conferência, Maggi contestou questionamentos sobre eventual opção de "deixar de produzir comida para fazer biocombustível". Ele garantiu que a produção de etanol não é excludente, que faz parte de um ciclo da agropecuária e que pode ser ampliada, "inclusive a partir também de cereais sem afetar o balanço de alimentos".

A iniciativa anunciada pelo ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, prevê soluções que reduzam o volume de emissões setor de transportes de gases responsáveis pelo aquecimento global. "O que o ministro Sarney e o governo brasileiro propõem é dar sequência ao que o Brasil já vem fazendo. Temos experiência conhecida por fornecer biocombustível para a grande maioria dos automóveis do país", assinalou Maggi em nota distribuída por sua assessoria.

Em debates, durante a conferência, Maggi contestou questionamentos sobre eventual opção de "deixar de produzir comida para fazer biocombustível". Ele garantiu que a produção de etanol não é excludente, que faz parte de um ciclo da agropecuária e que pode ser ampliada, "inclusive a partir também de cereais sem afetar o balanço de alimentos".

[Leia no site](#)

20/11 – **INTERTV GRANDE MINAS/GLOBO**: Festival busca valorizar agricultura familiar no Alto do Rio Pardo, em MG

A Escola da Família Agrícola Nova Esperança realiza o 3º Festival de Cultura Popular do Alto Rio Pardo. O evento será realizado nesta sexta-feira (18) e sábado (19) em Taiobeiras e, segundo a organização, busca fortalecer e valorizar a agricultura familiar na região.

Durante o festival serão realizadas palestras, seminários e exposição dos produtos culturais da região. “É importante dar visibilidade e valorizar a cultura popular. O festival é realizado pela terceira vez e sempre com o objetivo de promover um encontro entre os produtores”, destaca uma das organizadoras, Fernanda Ferreira dos Santos.

O início da terceira edição do festival será no Salão do Sindicato Rural do município, onde será realizado o seminário Sociobiodiversidade e Feiras Livres no Alto do Rio Pardo, com palestras no período da manhã e, à tarde, oficinas.

No sábado, o evento será na sede da Escola, onde terá a Feira da Agricultura Familiar do Alto Rio Pardo, apresentações artísticas e shows. Ainda está prevista a apresentação de duas Folias de Reis e entrega da bandeira de São Francisco.

[Leia no site](#)

20/11 – **SÉCULO DIÁRIO/ES:** Agricultura familiar orgânica e agroecológica é solução para escassez de água

“O que preserva o meio ambiente é a agroecologia e produção orgânica. Por si só”, sentencia Selene Tesch, presidenta da Associação de Agricultores e Agricultoras de Produção Orgânica Familiar de Santa Maria de Jetibá (Amparo Familiar). De fato, a certificação orgânica e a classificação agroecológica exigem todas as adequações, regras e condutas necessárias à recuperação dos recursos hídricos.

A boa notícia é que o número de famílias que aderem ao moderno método produtivo tem crescido continuamente nos últimos. A má notícia é que os agricultores que conseguiram se libertar da prisão petroquímica imposta a partir do fim da Segunda Guerra Mundial (os agrotóxicos passaram a ser produzidos em massa e incentivados pelos governos como forma de dar uma utilidade aos restos de armas químicas que sobraram da 2ª Grande Guerra) ainda são uma minoria, estatisticamente, pouco expressivos.

Em Santa Maria de Jetibá, por exemplo, o município mais orgânico do Espírito Santo, das 4.600 propriedades rurais, apenas 120 são orgânicas, parcos 2,6% do total. Isso explica as dificuldades enfrentadas na região com a seca.

“As nascentes têm que ser cercadas e preservadas. Precisa fazer caixas secas pra infiltração da água, pra ela descer devagar”, ensina a presidenta da Amparo Familiar, transmitindo uma das regras básicas seguidas por ela e seus companheiros de produção orgânica.

Como acelerar esse processo? “É um trabalho de formiguinha, é mesmo conscientização. Porque, obrigado, não vai ninguém”, explica Selene. E o que sensibiliza o agricultor e a agricultora, já conscientes da calamidade que é, na saúde da família, dos consumidores e da natureza, o uso de agrotóxicos? “Primeira parte é econômica. Precisa ser rentável”, resume.

E hoje, 30 anos após o início da revolução orgânica e agroecológica no Espírito Santo, há muito mais informação disponível e exemplos bem-sucedidos para inspirar. E quem está dentro das associações e compreende como tudo deve funcionar e segue as recomendações exigidas pela certificação, alcança também os benefícios econômicos. “Hoje é 50% melhor”, assegura Selene.

Merenda escolar orgânica

Essa percepção da interdependência virtuosa entre saúde hídrica e agricultura orgânica e agroecológica é cada vez mais difundida, não só no campo, mas também nas cidades. “Precisa ter merenda orgânica nas escolas”, reivindica Eduardo Pignaton, presidente da Associação Barrense de Canoagem (ABC) e um dos

mobilizadores responsáveis pela fundação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu, em 2006. “Isso muda culturalmente uma sociedade, muda esse hábito do agrotóxico”, avalia.

Outra transformação cultural a ser incentivada é a relação com a floresta. Na visão do ambientalista, precisamos de uma “cultura do reflorestamento”. E, para isso, os viveiros precisam se multiplicar. Igrejas, times de futebol, casas de produtos rurais ... não só governos e ONGs. E as mudas devem ser mais acessíveis à população.

A meta da gestão integrada dos Comitês das Bacias dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu é de ter 50% da área reflorestada. Hoje, segundo dados levantados pelo Projeto Florestas para a Vida, executado pelo governo estadual com recursos do fundo internacional GEF, os percentuais são de 45% no Santa Maria e 41% no Jucu. Porém, quando se observa a situação das Áreas de Proteção Permanente (APPs), a situação se agrava. Apenas um terço da mata ciliar está de pé (31,1% no Santa Maria e e 34,2% no Jucu).

Eduardo também cita o fator econômico como fundamental para reverter o quadro. Um plano de manejo para reflorestar as duas bacias precisa conter atrativos financeiros, como a exploração sustentável de madeira de lei. “O Programa Reflorestar tem esse princípio, mas é muito tímido”, critica.

[Leia no site](#)

18/11 – **PORTAL SEAD:** Mais valor à agricultura familiar de comunidades quilombolas

Neste domingo (20) é comemorado o Dia Nacional da Consciência Negra. A data lembra a morte de Zumbi dos Palmares, ocorrida no ano de 1695. Zumbi foi um dos líderes do Quilombo dos Palmares, que lutou pela libertação dos negros escravizados durante o período colonial no Brasil. Atualmente existem mais de 2.600 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura. Os estados brasileiros com a maior quantidade de comunidades são Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco.

A agricultura familiar representa uma importante fonte de renda para os quilombolas. Artesanato, extrativismo, produção cultural, turismo social e venda de produtos feitos pelas comunidades também são alternativas para complementar a renda. Na comunidade rural quilombola Chácara Buriti, localizada a 27 quilômetros de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, a economia local vem da produção de hortaliças. Alface, salsinha, cebolinha, coentro, rúcula, repolho, almeirão, pimentão, tomate, berinjela, milho, mandioca e quiabo são alguns dos alimentos produzidos pelo quilombo.

“Com mais de 76 anos de existência e reunindo 20 famílias, a comunidade Quilombola Chácara Buriti está em pleno desenvolvimento por meio de sua agricultura familiar. Hoje, a produção da comunidade é comercializada por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em mercados e em fazendas da região”, afirma o coordenador-geral das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado e morador da comunidade, Antônio Borges dos Santos.

As comunidades quilombolas brasileiras contam com uma série de ações do Governo Federal para fortalecer a valorização e preservação cultural, a produção regional e o desenvolvimento sustentável. Entre elas, está o Selo Quilombos do Brasil que identifica os produtos agrícolas, artesanais e alimentícios produzidos por essas comunidades tradicionais.

De acordo com Antônio Borges, a comunidade Chácara Buriti foi a primeira a receber do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que passou a ser a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), o selo Quilombos do Brasil. “Com o selo, ficou muito mais fácil a comercialização das mercadorias, além de agregar valor ao produto também é um instrumento importante para o reconhecimento da identidade quilombola”, destaca.

Identidade cultural

O Selo Quilombos do Brasil, criado no âmbito do Programa Brasil Quilombola (PBQ), é um certificado de origem que tem como objetivo atribuir identidade cultural aos produtos de procedência quilombola. Para o

presidente da Fundação Palmares, Erivaldo Oliveira, a certificação agrega valor aos produtos e resgata a cultura quilombola. “O selo é de fundamental importância porque a gente quer transformar todas as comunidades quilombolas em autossustentáveis. O certificado de origem vai fortalecer cada vez mais e beneficiar os grupos de produção agrícola familiar”, reforça.

Erivaldo comenta que em suas viagens pelo Brasil ele tem observado que muitas comunidades quilombolas estão perdendo as suas características. “Com este selo, queremos valorizar a produção e resgatar a identidade étnica e cultural dessas comunidades. O certificado também estimula os quilombolas que ainda não estão organizados a se organizarem para incorporarem o selo na sua produção”. Segundo ele, uma das vantagens é a possibilidade de aumentar a renda dessas famílias.

Acordo de cooperação

Com o intuito de promover e consolidar o Selo Quilombos do Brasil está previsto a assinatura de um acordo de cooperação técnica entre a Fundação Palmares e a Sead. “Este acordo de cooperação é de grande importância para o desenvolvimento agrícola do nosso país. A previsão é que a assinatura seja realizada nos próximos dias. Vamos divulgar o selo na Virada Cultural, em Salvador (BA), que acontece entre os dias 9 e 11 de dezembro”, frisa.

Para requisitar o selo Quilombos do Brasil, o solicitante precisa comprovar que o produto é sustentável, agrega valores étnicos e culturais, além de ser feito com matérias-primas locais. A partir da solicitação, a Sead terá até 60 dias para se manifestar quanto à aprovação. A certificação terá validade de cinco anos e será permitida para a identificação de produtos como verduras, legumes, polpas de frutas e laticínios, artesanato, geleias e doces, entre outros.

Dia da Consciência Negra

O presidente Erivaldo Oliveira aproveitou a ocasião para destacar que o Dia da Consciência Negra para a Palmares são todos os dias. “A gente luta diariamente pela valorização da nossa cultura, a salvaguarda de nossas manifestações culturais, a produção de nossas culturas. No dia 20 de novembro é dia de celebração ao nosso herói maior, que foi Zumbi dos Palmares. Precisamos cada vez mais fortalecer essa luta pelos direitos quilombolas. E a Fundação Palmares conta com o apoio de todos os ministérios para implementar políticas públicas em benefício das comunidades quilombolas”, finaliza.

[Leia no site](#)

18/11 – PORTAL INCRA: Dia da Consciência Negra: Incra entrega título para quilombolas em Alagoas

Para celebrar o Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, o Incra promove a entrega de título definitivo de domínio para a comunidade remanescente de quilombo Tabacaria, em Alagoas.

A titulação vai assegurar 399 hectares para 89 famílias da comunidade, localizada no município de Palmeiras do Índio. Este será o primeiro território titulado no estado, que possui 67 comunidades reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

A entrega do documento para os representantes da comunidade Tabacaria será durante evento promovido pela Fundação Cultural Palmares, no Parque Memorial Quilombo dos Palmares, no município de União dos Palmares.

O ato será neste domingo (20), às 11 horas, com a participação dos seguintes representantes do Incra: o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Rogério Arantes, a coordenadora geral de Regularização de Territórios Quilombolas, Isabelle Picelli, e o superintendente regional de Alagoas, Alberto Nascimento.

De acordo com Amaro Teles Filho, presidente da associação que congrega as famílias de Tabacaria, “a titulação vai abrir novas portas e atrair mais olhares da sociedade e do governo para a comunidade”. Ele explica que a imissão na posse dos imóveis rurais ao Incra, já garantiu segurança para os remanescentes do quilombo. “O título na mão é tudo, é tudo para nós”, argumenta.

Segundo o engenheiro agrônomo Elias de Medeiros Lima Júnior, do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/AL, a titulação traz muitos benefícios para as famílias, “como o acesso a novas políticas públicas”. Exemplo disso é a construção de casas pelo Programa Nacional de Habitação Rural. Cinquenta famílias já estão com suas moradias em construção. Depois, será a vez das outras 39. Outros serviços, como saúde e água tratada, também serão acessados.

Programação

A programação organizada pela Fundação Cultural Palmares inclui a realização de ações culturais, como exposições, ciclos de palestras, lançamentos de romances afro-brasileiros, sessões de cinema e feira de produtos quilombolas. As atividades acontecem na capital Maceió e na cidade de União dos Palmares.

[Leia no site](#)

18/11 – **MAPA**: Brasil e Irã criam Comitê Consultivo Agrícola

O ministro interino da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Eumar Novacki, e o embaixador do Irã no Brasil, Mohammad Ali Ghanezadeh, reuniram-se nesta sexta-feira (18), em Brasília, para assinar o memorando de entendimento que cria o Comitê Consultivo Agrícola (CCA) entre os dois países.

Com a criação do Comitê Consultivo Agrícola, Brasil e Irã esperam intensificar o diálogo e ter mais dinamismo nas relações comerciais, ressaltou o ministro interino. O CCA será co-presidido pelo secretário de Relações Internacionais do Agronegócio do Mapa, Odilson Ribeiro e Silva, e por um representante do governo iraniano.

Mecanismo de consultas

O Comitê Consultivo Agrícola é um mecanismo de consultas para assuntos de interesse bilateral. Trata-se de instrumento que serve para o estreitamento das relações governamentais, no qual são abordados temas comerciais, sanitários, fitossanitários, questões não-tarifárias (sustentabilidade, agregação de valor etc.), promoção comercial e cooperação. Nesta semana, o ministro Blairo Maggi anunciou que o Brasil e o Marrocos também devem criar um Comitê Consultivo Agrícola.

[Leia no site](#)

18/11 – **MAPA**: Pelo menos 20 estados devem aderir ao plano de desburocratização do Mapa

O governo do Rio Grande do Sul lança na próxima segunda-feira (21), em Porto Alegre, o Agro+ Gaúcho. O estado é o primeiro a aderir ao plano de desburocratização e modernização do agronegócio, lançado em agosto deste ano pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ((Mapa). Até agora, 20 estados já manifestaram intenção de aderir ao Agro+. O ministro interino Eumar Novacki disse que o objetivo é fazer com que as 27 unidades da Federação implantem planos semelhantes ao Agro+ federal.

Nesta sexta-feira (18), Novacki se reuniu com secretário-chefe da Casa Civil do governo de Mato Grosso, Paulo Taques. No encontro, Taques anunciou que o estado também vai aderir ao Agro+. O objetivo, acrescentou, é desburocratizar ao máximo os processos para os produtores de MT, um dos maiores produtores de grãos do país.

No dia 29, será a vez do estado do Tocantins lançar o seu plano de desburocratização da agricultura inspirado no Agro+.

[Leia no site](#)

18/11 – **ASBRAER**: Deputados da Paraíba destacam papel do extensionista rural no fortalecimento da agricultura familiar

Numa sessão especial que contou com a participação de deputados estaduais, técnicos e agricultores assessorados pela Emater, procedentes de várias partes do da Paraíba, a Assembleia Legislativa daquele estado prestou homenagem aos extensionistas rurais, na tarde dessa quarta-feira (16), por ocasião do Dia Nacional do Extensionista Rural. A iniciativa foi do deputado Buba Germano, que contou com o apoio de

parlamentares e serviu para que tomassem conhecimento dos trabalhos desenvolvidos visando o fortalecimento da agricultura familiar na Paraíba.

Na ocasião, o diretor técnico da Emater, Vlamínck Paiva Saraiva, representando o presidente da Gestão Unificada Nivaldo Magalhães, que se encontrava em tratamento de saúde, falou sobre a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER e as políticas públicas que em favor da agricultura familiar. Apresentando números, ele revelou que em seis anos, que corresponde exatamente ao período da gestão do governador Ricardo Coutinho, por meio da extensão rural, foram aplicados na Paraíba mais de R\$ 663 milhões no atendimento de 224 mil familiares de agricultores nas diversas ações de política pública voltada para o setor.

Autor da propositura, o deputado Buba Germano lembrou que é de sua autoria uma emenda que garantiu a aquisição de produtos da agricultura familiar, chegando a R\$ 18 milhões no ano passado, que passaram a circular nos municípios. Destacou a importância do extensionista rural para o fortalecimento do setor produtivo e lembrou que a unificação da gestão administrativa da Emepa, Interpa e Emater é reconhecido pelos agricultores, por reconhecer que agiliza a execução das ações.

Esse mesmo ponto de vista foi compartilhado pelo secretário do Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca, Romulo Montenegro acrescentando que estes profissionais se preocupam em levar as pesquisas e as políticas públicas ao campo. Quem também falou, durante a sessão especial, foram os deputados Branco Mendes e Estela Bezerra, ambos destacando o papel dos técnicos que lidam junto ao homem do campo. O deputado João Gonçalves participou do evento. “Há uma grande capilaridade no setor e a presença do extensionista rural junto ao homem do campo é fundamental para fortalecer este setor”, comentou a deputada Estela.

Na sessão especial, que teve a participação de técnicos da Gestão Unificada de várias regiões do Estado, todos os chefes dos escritórios regionais, alguns comentando acerca de suas atividades, a exemplo de Eliezia Paulino e Maria Livramento Miranda, que deram depoimentos emocionantes. Teve também a presença de agricultores. Falando em nome dos agricultores assistidos pela Emater, a agricultura familiar Maria de Lourdes, do município do Conde, disse que a vida de sua família mudou substancialmente depois que começou a receber a orientação dos extensionistas da Emater.

Dirigentes de órgãos ligados ao setor agropecuário, que trabalham na aquisição de terra, pesquisas e extensão estiveram presentes ao evento. O diretor técnico da Emepa Manuel Duré, o diretor técnico do Interpa Francisco Elias, o diretor administrativo da Gestão Unificada Jean Queiroga e, também, coordenador de operações da Emater Alexandre Alfredo, além do coordenador do Cooperar Roberto Vidal, e o representante da Embrapa, Waltemilton Cartaxo e o presidente do Sinavez Odnilson Alves de Aguiar, entre outros participaram das comemorações.

Início - Na Paraíba, a extensão rural tem mais 60 anos sempre ao lado do agricultor familiar. Criada com o nome de Ancar, inicialmente foram instalados escritórios em quatro cidades, Alagoa Grande, Guarabira, Serraria e Caiçara, tendo a gerência central na cidade de Recife, dedicando-se ao fortalecimento da agropecuária. Presente em todos os municípios paraibanos, na atual administração estadual todos três órgãos que cuidam da aquisição de terra, da pesquisa e da extensão rural – Interpa, Emepa e Emater – passaram a integrar a Gestão Unificada, vinculada à Sedap, visando unificar as ações e agilização na tomada de decisões.

[Leia no site](#)

Assessoria de Comunicação Social

Jornalista responsável: Jerúsia Arruda

Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER

Telefone: (61) 2020-0293 | (61) 99241-3607

imprensa.anater@mda.gov.br